



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE CACOAL

00001

INTERESSADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

ORIGEM

INTERNA

Nº. Protocolo

00020940

DATA

16/01/2024

ANO

2024

SETOR ORIGEM

PROCURADORIA GERAL - GABINETE DO PROCURADOR (A) GERAL

ASSUNTO

DOCUMENTOS EXTERNOS RECEBIDOS - OFÍCIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

OBJETO

OFÍCIO N. 9/2023/CAEJ - ALTERAÇÃO DA LEI N. 2.413/PMC/2008

RESPONSÁVEL PELO PROTOCOLO

ELTON DIONATAN HAASE



CENTRO DE ATIVIDADES JUDICIAIS

Ofício SEI nº 9/2023/CAEJ

Porto Velho, 15 de dezembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Adailton Furia
Prefeito
Prefeitura do Município de Cacoal
Palácio do Café - R. Anísio Serrão, 2100 - Centro, Cacoal - RO, 76963-804
pgmcacoal@gmail.com
gabineteadm@hotmail.com

Assunto: Inquérito Civil nº 2023001010003454

Senhor Prefeito,

Cumprimentando Vossa Excelência e observado o compromisso firmado na reunião ocorrida em 15/12/2023, sirvo-me do presente para expor e solicitar o que segue.

O Inquérito Civil nº 2023001010003454 foi instaurado com o objetivo de firmar composição extrajudicial com o Município de Cacoal e compatibilizar o art. 35 da 2.413/2008 ao art. 37 da Constituição Federal, bem como aos artigos 1º e 11 da Constituição do Estado de Rondônia.

Atualmente, a Lei Municipal de Cacoal **não descreve as atribuições do assessor de procurador, o que inviabiliza constatar se este corresponde a funções de direção, chefia e assessoramento nas respectivas pastas, consequentemente, se afigura inconstitucional, por violação ao art. 37, II e V, da Carta Maior e art. 11, caput, da Constituição do Estado De Rondônia.**

Conforme informações transmitidas durante reunião, especialmente pela Procuradoria do município, entende-se ser possível e necessário buscar uma inovação legislativa para atender às prerrogativas constitucionais relativas à adequação do cargo de assessor de procurador às normas constitucionais.

Portanto, por meio deste expediente, solicita-se que o Chefe do Poder Executivo de Cacoal tome as providências necessárias para adequar o art. 35 da 2.413/2008 ao art. 37 da Constituição Federal, bem como aos artigos 1º e 11 da Constituição do Estado de Rondônia.

Por fim, requer-se que, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do recebimento desta comunicação, seja informado a este Centro de Atividades Judiciais sobre as medidas adotadas para corrigir a inconstitucionalidade discutida em reunião e/ou sobre eventuais êxitos na alteração legislativa.

Agradeço antecipadamente pela atenção dispensada.

VALÉRIA GIUMELLI CANESTRINI
Promotora de Justiça
Diretora do Centro de Atividades Judiciais



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Giumelli Canestrini**, Diretor do Centro de Atividades Judiciais, em 15/12/2023, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mpro.mp.br/verifica.php> informando o código verificador **1565832** e o código CRC **E160CCB5**.



PROCESSO: 20.940/PMC/2024
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DA LEI N. 2.413/PMC/2008

DESPACHO

Trata-se, de processo administrativo instaurado por força do ofício n. 9/2023/CAEJ, requerendo a alteração do art. 35, da Lei n. 2.413/PMC/2008, que dispõe sobre as atribuições do cargo de assessor de procurador.

Em atendimento a referida solicitação, determino a instauração de processo administrativo e o encaminhamento da minuta abaixo para o setor responsável, no afã de edição do Projeto de Lei nos termos abaixo:

Art. 1º Fica alterado o artigo 35, da Lei municipal 2.435/PMC/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 35. Fica criado o cargo em comissão de Assessor de Procurador, com onze vagas, no quadro da Procuradoria Geral do Município de Cacoal, de livre nomeação e exoneração do Prefeito municipal, podendo ser ocupado somente por advogado regularmente inscrito na OAB Seccional Rondônia, com as seguintes atribuições:

- I- Prestar assessoramento aos procuradores do Município em assuntos relacionados às atribuições da Procuradoria Geral do Município em âmbito judicial e/ou administrativos;
- II- Elaborar minutas de manifestações e pareceres;
- III- Cumprir determinações em procedimentos judiciais e administrativos;
- IV- Realizar pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais;
- V- Acompanhar o andamento das ações perante o Poder Judiciário;
- VI- Organizar e manter em ordem pastas, livros de registros de procedimentos em trâmite na Procuradoria Geral do Município;
- VII- Expedir ofícios, memorandos e notificações;
- VIII- Executar outras tarefas correlatas.

Ante o exposto, remetam-se os autos a Coordenadoria de Redação e Técnica Legislativa, para providências.

Cacoal/RO, 16 de janeiro de 2024.

[Assinado Digitalmente]

DEBORAH MAY DUMPIERRE

Procuradora Geral do Município - OAB/RO 4.372

